

LEI Nº 3.860 DE 25 DE MARÇO DE 2022

Autoriza a abrir crédito suplementar no Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Educação, no valor de R\$ 1.737.132,42.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI;

Art. 1°) – Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária, na importância R\$ 1.737.132,42 (um milhão, setecentos e trinta e sete mil, cento e trinta e dois reais e quarenta e dois centavos), à seguinte classificação orçamentária:

FONTE 06 - R\$ 1.737.132,42 (Recursos FUNDEB)

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FUNDEB

PROGRAMA DE TRABALHO

10.01.000.12.361.017.2.142 - Desenvolvimento das Atividades Curriculares da Educação Básica-FUNDEB ELEMENTO DA DESPESA:

31.90.11.01.06	Vencimentos de Cargo Efetivo	R\$ 1.288.739,54
44.90.52.02.06	Aut., Cam., Máqs., Trat., Implem., Agríc. Outros	R\$ 48.392,66

Art. 2°) - Os recursos para atender ao presente crédito são advindos do Resultado Financeiro do FUNDEB para o exercício de 2022, de acordo com o parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF nº 101/2000), conforme demonstrativo abaixo:

RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDEB PARA O EXERCÍCIO DE 2022

Descrição Superávit financeiro em 31/12/2020 (+) Receita FUNDEB recebida em 2021 (+) Receita aplicação financeira do FUNDEB (+) Ressarcimento efetuado à conta do FUNE (+) Créditos outros (depósitos, transferências (+) Cancelamento passivos, financ. (RP, outro	DEB em 2021 (1) s, etc.) em 2021 (2)	R\$ R\$ 1 R\$ R\$ R\$ R\$	386.840,55 8.803.749,45 110.597,09 0,00 0,00 0,00
Total dos recursos financeiros em 2021		R\$ 1	9.301.187,09
(-) Despesas empenhadas do FUNDEB em 2021			7.564.054,67
Superávit Financeiro Apurado em 31/12/	2021	R\$	1.737.132,42



ESTADO DO RIO DE JANEIRO *MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA*

Art. 3°) – O impacto financeiro-orçamentário no exercício, de que trata o Inciso I, artigo 16 da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000 (LRF), será correspondente aos valores estipulados no presente Crédito, alterando-se o PPA, LDO e LOA.

Art. 4°) – A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Miguel Pereira, Em 25 de março de 2000.

ANDRÉ PINTO DE AFONSECA Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA

Publicado em: 25 103 122

D.O. n.º 896-E. Pág.(s) 3-9

SÉRVIDOR

JEJENSON COSTON COST

ente Administrativo Mat. 01/009